



I.12.

I. PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

12. GABINETE DE COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

12.1. MISSÃO E ORGANIZAÇÃO

Criado por **despacho** de 02.04.2013, o Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação (GCSI), que funciona na direta dependência da Procuradora-Geral da República, é a estrutura de governação e coordenação dos sistemas e tecnologias de informação do Ministério Público.

Tem por missão apoiar a Procuradora-Geral da República, dirigindo e coordenando todo o processo de desenvolvimento, aplicação e utilização das tecnologias de informação e comunicação nos órgãos, departamentos e serviços do MP, garantindo a sua obediência a uma mesma visão estratégica.

Dirigido por um Magistrado designado pela Procuradora-Geral da República, o GCSI pode organizar-se em uma ou mais equipas projeto e conta com um número variável de elementos em função das necessidades dos projetos.

12.2. ATIVIDADE

Durante o ano de 2018 exerceram funções no Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação as 4 pessoas que têm integrado o seu quadro permanente há alguns anos (3 magistrados do MP e uma oficial de justiça), a equipa funcional afeta ao *projeto SIC-MP* desde setembro de 2017 (4 magistrados do MP, um deles a tempo parcial, e 2 oficiais de justiça) e 1 gestor do *projeto SIC-MP*.

A atividade do Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação desenvolveu-se em várias áreas, tendo dado início e continuado a sua participação em vários projetos.

Destacam-se, pela sua importância estratégica:

- **Projeto SIC-MP** – Sistema de Informação Criminal do Ministério Público

Filia-se na orientação estratégica da PGR de assegurar as condições de autonomia do MP, no que respeita aos seus sistemas de informação, reforçando as capacidades de desenvolvimento, controle e gestão das ferramentas informáticas de suporte à sua atividade.

Em 2018 continuaram os trabalhos da primeira fase do projeto, que se espera estejam concluídos em 2019, fase que está a ser desenvolvida em regime de *outsourcing* e que tem tido a dedicação a tempo inteiro de uma equipa funcional de magistrados do MP e oficiais de justiça.

■ **Projeto Portal AEC** (Atendimento Eletrónico ao Cidadão)

Visa a criação de um portal *web* de interação com o cidadão, de forma integrada com as aplicações de suporte à correspondente atividade do MP, designadamente, o SIC-MP ou o proGest, conforme a área de intervenção decorrente do pedido do cidadão (denúncia crime, família, trabalho, interesses difusos, etc.).

O seu início deu-se em janeiro de 2018 e tem uma duração de 18 meses. Os trabalhos desenvolveram-se ao longo de todo o ano de 2018 com a colaboração de uma equipa de magistrados de diversas jurisdições.

■ **Projeto de criação de um Centro de Análise e Informática Forense** (*Forensic Lab*)

Projeto cofinanciado ao abrigo do Programa Hercule III da OLAF (*European Anti-fraud Office*), iniciou-se em finais de 2017, o seu termo ocorreu no final de 2018 e a sua consolidação deverá prosseguir em 2019.

Visou a criação de ferramentas tecnológicas de alto nível, *hardware* e *software*, para apoio à investigação criminal, especialmente no âmbito do combate à criminalidade económico-financeira e defesa dos interesses financeiros da UE sediado no DCIAP, mas disponível faseadamente às demais unidades do MP, especialmente os DIAP Distritais.

São igualmente importantes os seguintes projetos desenvolvidos, implementados ou consolidados em 2018:

- Projeto ProGest – aplicação de gestão e tramitação dos processos não criminais do MP – dossiês internos e outros;
- Projeto Portal COS – portal único para comunicação de ações suspeitas ao DCIAP e à UIF;
- Sistema de Gestão das Denúncias *Online* de Corrupção;
- Aplicação para comunicação das Decisões Europeias de Investigação (DEI) à autoridade central;
- Aplicação CIBERCRIME – Burlas na *Internet* – integrada e disponível no SIMP, destinada ao registo de alguns dados relativos a inquéritos por burlas *online*, que permite detetar facilmente casos de conexão processual;
- Novos módulos da Base de Dados das Suspensões Provisórias de Processos;
- Migração para o Portal do Ministério Público da Base de Dados dos Pareceres da PGR;
- Aplicação «Recuperação de Ativos»;
- Projeto SIMP – manutenção corretiva e evolutiva;
- Aplicação de apresentação da prova em processo criminal – Sistema Integrado de



Informação Processual (SIIP);

- Candidatura ao Fundo de Segurança Interno – projeto secLinkPlus;
- Candidatura +SIM – Tratamento e Apresentação da Prova, e Apostila;
- Projeto EPPO – participação no projeto de desenvolvimento de uma plataforma de gestão de processos para a futura Procuradoria Europeia (*European Public Prosecutor's Office*);
- Participação nos trabalhos de implementação do SAPDOC (Sistema de Acesso ou Pedido de Dados aos Prestadores dos Serviços de Comunicações Eletrónicas);
- Projetos transnacionais no âmbito da Cooperação Judiciária em Matéria Penal:
 - Projeto e-CODEX/e-SENS;
 - Projeto e-Evidence;
 - Projeto Evidence2e-Codex (E2E);
 - Projeto EXEC.